



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RECIFE/PE: ANÁLISE DE UM MODELO DE POLÍTICA PÚBLICA

Edelson de Albuquerque Silva Junior

NEAfi/UFPE; Programa de Pós-graduação em Educação - UFPB- E-mail: jrimortal@ig.com.br

Ana Emilia Gonçalves de Castro

Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi/UFPE; FUNDAJ - E-mail: aemilica@gmail.com

Antônio Elba Barbosa Neto

Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi/UFPE - E-mail: tncelba@yahoo.com.br

Carla Cristina de Albuquerque Silva

Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi/UFPE - E-mail: cristinsc@gmail.com

Daniel Silva

Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi/UFPE - E-mail: dansilva.designer@gmail.com

Resumo

O artigo objetiva traçar um panorama analítico do processo de formulação-decisão acerca do Plano Municipal de Educação (PME) do Recife – PE em 2015. Nesse sentido, desenvolve uma leitura da 10ª Conferência Municipal de Educação – COMUDE, seu processo de organização, condução e reflexos pós-conferência a partir do pressuposto teórico-metodológico do “Ciclo de Políticas” de Ball e Bowe e de Kingdon, além de análise do discurso e dos procedimentos metodológicos da observação participante. Em seguida, foram realizadas leituras dos discursos nos textos oficiais, tais como o Diário Oficial, Ofícios, e os Planos, o da Conferência e o da gestão municipal que foi ‘aprovado’ na Câmara de Vereadores, além de outros materiais referentes a essa conferência em formato audiovisual. As discussões e as conclusões direcionam para a problemática acerca da necessidade de se romper com uma cultura política instituída que prevalece o autoritarismo, mesmo diante de inúmeros marcos legais que embasam essas conferências.

Palavras-chave: Política Educacional, Currículo, Educação Integral, Ciclo de Políticas, COMUDE.

Introdução

O artigo visa traçar um panorama analítico do processo de formulação-decisão acerca do Plano Municipal de Educação (PME) do Recife - PE. Esse objeto assume considerável relevância social pela sua ligação com a 10ª Conferência Municipal de Educação – COMUDE, cujo título foi “Recife: Planejando a Próxima Década”, agendada oficialmente para o período de 27 a 29 de maio de 2015, no entanto, adentrando até o dia 04 de junho, em tempo integral, na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Educadores do Recife Professor Paulo Freire.

A sistematização destes dias foi formatada arbitrariamente pela gestão municipal, que apresentou para votação na Câmara de Vereadores um material ilegítimo porque não reflete a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

síntese dos debates propositivos nesta COMUDE entre centenas de sujeitos envolvidos com a escolarização municipal. Este fato é ilustrativo de que “a idéia de representação não possui qualquer vínculo substantivo com a idéia de democracia” (CHAUÍ, 1997, p. 294).

Para razoável parcela de conferencistas, havia uma atmosfera de temor quanto às possíveis manobras por parte dos gestores, a exemplo de vetar o texto elaborado na Conferência. Com Chauí (1997), podemos analisar tal processo no sentido de caracterizar procedimentos institucionais que atropelam as construções democráticas, justificados, por exemplo, sob o viés da escassez de tempo e camuflados em argumentos técnico-burocráticos. Ela afirma que

a tecnização administrativa da política é o fenômeno da despolitização da política e constitui, por isso mesmo, o elemento mais poderoso de legitimação do Estado, uma vez que as ações, aparecendo como inteiramente dependentes de decisões técnicas, impossibilitam a intervenção direta ou indireta dos cidadãos no Estado. (Chauí, 1997, p.282).

Nosso objeto será cercado a partir de uma abordagem analítica que tem como referencial teórico-metodológico o Ciclo de Políticas¹ de Ball e Bowe (2006). Eles propõem a compreensão de política pública como processo cíclico que se desenvolve através de cinco contextos: influência, produção de texto, prática, resultados/efeitos e estratégia política, imbricados nas escalas macro e micro das instâncias representativas. Por ora, o estudo propõe destacar os contextos de influência e da estratégia política, que resultam ciclicamente na produção de texto, como ilustra a imagem:



Figura elaborada por CASTRO (2014) adaptada a partir de entrevista de Stephen Ball com Mainardes e Marcondes, 2009.

¹ Savio Reader (2014), adverte que algumas fragilidades no “Ciclo de Políticas” já foram apontadas por Dias (2012), a partir do trabalho de Jenkins-Smith e Sabatier (1993), no entanto, admite que o ciclo de políticas públicas “se apresenta como uma ferramenta analítica que contribui para tornar clara e didática a discussão sobre o tema” (READER, 2014, p.127).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Também dialogamos com Howlett *et al.* (2013), pois afirmam que analisar as principais dimensões e padrões do processo da política pública significa influenciar o comportamento político-organizacional que conduz à mudança política. “Os maiores *insights* sobre os conteúdos e processos políticos são produzidos pelo estudo da inter-relação entre os elementos atores políticos, instituições e ideias” (HOWLETT *et al.*, 2013, p. 4).

Daí que é crucial observar os atores políticos que interagem com o objetivo de determinar o conteúdo e o processo da política, explorar as instituições e suas estruturas que estabelecem normas e que as influenciam, e por fim, o conjunto de ideias e conhecimentos que informam suas deliberações e ações.

Por sua vez, John Kingdon (1995) contribui com a construção dessa leitura no sentido de perceber que o conjunto dos elementos e atores políticos, instituições e ideias interferem nas correlações de forças, barganhas, acordos que levam às configurações de ‘agendas de governo’. Para Kingdon, agenda “é a lista de temas por problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente ligadas às autoridades”. (Kingdon, 1995, p. 222)

É a partir deste “momento de uma séria atenção”, permeado pelo vivido na COMUDE, e com base nos referenciais teóricos e analíticos, que emergem inquietudes com vistas a compreender algumas questões. Quais as forças que influenciaram o processo de formulação e de decisão para a aprovação de um Plano imposto, diferente do que foi construído nessa conferência? Que estratégias políticas foram empregadas por parte do governo municipal com a finalidade de utilizar a Conferência como mero instrumento de legitimação? Quais as diferenças de sentidos e de significados produzidos entre os dois textos, a sistematização e a edição arbitrária encaminhada para aprovação em caráter de urgência na Câmara Municipal do Recife?

Ademais, considerar o “contexto de influência” (Ball apud Mainardes, 2006) neste caso se refere à realização de um PME como parte das exigências situadas no plano de metas e estratégias definidas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Nesse sentido, logo após, será traçada uma breve contextualização do PNE (2014) no intuito de inserir o leitor no universo de um campo de influências entre esferas de poder e suas caracterizações.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como qualitativo de abordagem analítica na possibilidade das interações situacionais vivenciados durante a 10ª COMUDE, nas quais os sentidos foram produzidos e perseguidos, e os significados foram construídos. Assume-se, nesta perspectiva, que destes sentidos e significados é que se alimenta nosso conhecer e são eles que traduzem as mudanças dinâmicas no campo sócio-político-educacional, cuja compreensão pode trazer uma aproximação do “real” mais condizente com as formas humanas de representar, pensar, agir, produzir e situar-se. Assim, baseia-se na análise do discurso constituído nos universos simbólico e político da formulação do Plano Municipal de Educação do Recife.

Para isso utilizou-se dos pressupostos teórico-metodológicos do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (2006) e de Kingdon (1995) iniciando com a análise do contexto histórico-político de influência e passa pelo âmbito da estratégia política que condicionaram essa COMUDE, por meio do método de análise de discurso e dos procedimentos metodológicos da observação participante (MAY, 2004). Em seguida, foram realizadas leituras dos discursos nos textos oficiais, tais como o Diário Oficial, Ofícios, e os Planos, o da Conferência e o da gestão municipal que foi ‘aprovado’ na Câmara de Vereadores, além de outros materiais referentes a essa conferência em formato audiovisual.

Em síntese, após a introdução e estas considerações metodológicas, nos resultados e discussões, faremos a articulação dos contextos dessa análise: contexto da influência - o processo de institucionalização do PNE e do PME; o contexto da estratégia política: o PME, seus fluxos e suas tensões, e, por fim, o contexto de produção de texto. Ao fechar este trabalho, desenvolveremos considerações parcialmente conclusivas.

Resultados e Discussão

Contexto da Influência: o processo de institucionalização do PNE e do PME

O relatório da Câmara dos Deputados (Brasil, 2014, p. 10 apud Cury, 2009) indica que o debate acerca de um Plano Nacional de Educação:

creceu no seio do movimento dos Pioneiros da Educação Nova, que, reunido em torno da Associação Brasileira de Educação (ABE), lançou um manifesto, em março de 1932, propugnando pela adoção de um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que tornasse a escola acessível. (Brasil, 2014, p. 10 apud Cury, 2009)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Segundo diagnóstico elaborado pela ABE no início da década de 1930, a realidade educacional no País refletia uma estrutura de ensino “sem unidade de plano e sem espírito de continuidade”. Inserida na defesa de uma articulação do ensino e na igualdade de oportunidades de acesso, a Associação adentra nos embates ideológicos em um contexto fortemente influenciado pela perspectiva religiosa de educação, como um dos exemplos do conflito entre o público e o privado em matéria da oferta de escolarização.

Em 1934 a Associação colabora com a elaboração de um anteprojeto que comporá um capítulo referente à educação na Constituição deste ano. Mesmo assim, as duas Constituições posteriores (1937 e 1946) ainda

[...] não previram o Plano Nacional de Educação, mas a Lei nº 4.024/1961, antiga Lei de Diretrizes e Bases, incumbiu o então Conselho Federal de Educação de elaborá-lo. Assim, em 1962, surgiu o primeiro PNE, não sob a forma de lei, mas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, aprovada pelo Conselho Federal de Educação (Brasil, 2014, p. 13).

Já na Constituição de 1967, o PNE assume tom de obrigatoriedade; e na de 1988, passa a ser “previsto e estabelecido por lei”. Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394) passa a ser declarado como um plano que deve ser formulado pela União em regime de colaboração com Estados, Municípios e o Distrito Federal, atribuindo metas a serem atingidas em uma década. Em 9 de janeiro 2001, o PNE é instituído por meio da Lei nº 10.172, vigorando até 2010. Ainda neste ano, as discussões em torno de um próximo plano passam a ser forjadas institucionalmente no Congresso Nacional através do Projeto de Lei nº 8.035/2010, tendo sua redação aprovada após quatro anos (2014), com 20 metas e estratégias a serem realizadas até 2024.

A 1ª COMUDE ocorreu em Recife dentro da conjuntura política de mais um processo de redemocratização do País (1993), propiciando a criação de Conselhos Escolares e o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação. Este contexto impulsiona e é impulsionado por uma série de legislações:

1988 – Constituição Federal (Art. 203 e 204); 1989 – Constituição do Estado de Pernambuco; 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96, Art. 11/18); 1990 – Lei Orgânica do Município de Recife (Art. 132); 1991 – Lei do Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei nº 15.547/91 Art. 134); 2002 – Lei que cria o Sistema Municipal de Educação – SMER [Lei nº 16.768/02](SANTOS, 2014, p. 5)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ao utilizar a análise de Kingdon (1995) percebe-se que na esfera municipal há momentos em que o próprio plano circulou, pelo menos, entre dois perfis, isto é, o “sistêmico ou não-governamental” e o de “decisão”, obviamente sob intencionalidades e sentidos distintos.

Desse modo, cabe uma leitura acerca de como esses planos são pensados, discutidos e implantados. Por um lado, temos o resultado de uma Conferência legitimada por distintos segmentos sociais na elaboração do PME; por outro, um projeto em paralelo, forçadamente encaminhado pela gestão municipal para votação em regime de urgência. Ao desprezar as deliberações construídas democraticamente, o poder instituído faz prevalecer um modelo autoritário de decisão, no sentido de se estabelecer um intervalo entre quem discute, quem formula e quem implanta uma política (Kingdon, 1995).

Ao buscar fazer um panorama analítico dessa conjuntura que envolve um processo que resultaria em um Plano decenal para o sistema de ensino recifense, associamos à leitura de Lopes e Oliveira (2011, p. 21) quando destacam a relevância da “inter-relação dos contextos, definindo cada um deles como arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolvendo lutas e embates”. No trato conceitual de “Ciclo de Políticas”, Lopes e Oliveira (2011, p. 21b) apontam que esta categoria ajuda na “compreensão dos processos que se estabelecem quando as políticas migram de um contexto a outro ou quando os discursos pedagógicos se constituem”.

No que tange à COMUDE percebe-se uma viva relação entre o experienciado e a teoria analítica do ciclo de política, sobretudo no que se refere aos contextos de ‘influência’ e o de ‘estratégia política’, resultando em um ‘contexto da produção de texto’.

Esta influência pode ser exercida como imposição de um poder diante de outros. A gestão municipal tentou estabelecer o controle de coordenações dos grupos de debates, da composição das comissões responsáveis pela condução de temáticas tradicionalmente polêmicas no campo da educação, além de também conduzir as sínteses das discussões enviadas às plenárias. Não por acaso, entre as moções de repúdio aprovadas em plenária, significativa parcela foi direcionada à gestão municipal.

Outro recorte do ‘contexto de influência’ está na relação entre docentes e estudantes (delegados eleitos entre seus pares em suas respectivas instituições de ensino), quando algumas docentes ainda viam esses estudantes como representações de uma sala de aula tradicional,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

procurando ‘induzi-los’ nas votações. Também vale destacar a expressão de patamares distintos de influência entre algumas docentes quanto ao valor simbólico de seus lugares de poder, no que se refere à rede de atuação, ou sua vinculação orgânica à estrutura burocrática da gestão municipal.

O contexto da estratégia política: O PME, seus fluxos e suas tensões

Como afirmam Oliveira e Lopes (2011), o modelo analítico de política pública de Ball como ciclo contínuo “aninhado”, ou seja, como contextos articulados e integrados, remete-nos à compreensão de que as estratégias políticas são “um conjunto de ações não circunscrito ao contexto da influência, mas a todas as arenas políticas” (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 26).

Foucault nos seus trabalhos buscou descrever o poder como exercício de estratégias, apresentando os procedimentos, dispositivos, instrumentos, mecanismos que levam à ordem de funcionamentos aparentemente lógicos e efeitos constituídos historicamente nas instituições. Ao considerar que Ball (apud Mainardes 2006) dialoga com este referencial, significa entender estratégia política como ação política, um lugar de poder em meio a um processo de soluções e fluxo político que são constituídas a partir de sentidos e ressignificações da política que está em jogo com vistas a uma conjuntura de forças para delineamento da política pública, denominado como janelas de oportunidades (KINGDON, 1995).

Nesta ótica, percebem-se as correlações de forças políticas que condicionaram na concepção de mecanismos de participação social para as deliberações das políticas municipais, haja vista que a própria COMUDE é fruto de um contexto que também envolvia outras instâncias de decisões, a exemplo dos Conselhos Escolares. Portanto, a Conferência pode ser compreendida como uma estratégia política, que conforme o seu processo de formulação e de decisão, pode representar características tanto de mobilização quanto de desmobilização dos atores envolvidos.

Nesse bojo, conforme LOPES; OLIVEIRA, 2011:

Estratégia é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (CERTEAU, 2002, p.99 in LOPES; OLIVEIRA, 2011).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A ‘estratégia política’ no objeto de análise poderia ser representada inicialmente no período de realização e na própria condução dessa COMUDE, prevista para mês de abril e realizada entre maio e junho, o que em certa medida, ocasionou desmobilização de vários segmentos diante desse retardamento, além de não haver reconhecimento oficial quanto à necessidade de participação dos profissionais da rede de ensino. Mesmo assim, foi garantida a qualidade dos debates, apesar da ausência de um diagnóstico desta rede, o que poderia apontar dados qualitativos e quantitativos que forneceriam indicativos para uma compreensão da situação da escolarização recifense.

Outra estratégia política utilizada foi a institucionalização do Fórum Municipal de Educação – FME, feita por meio da Portaria² nº 895 de 08/06/2015, que teve sua coordenação vinculada ao “Gabinete do Secretário de Educação do Município”. Isto limita a força dos atores que não estão vinculados às instâncias da gestão municipal nos processos de decisão, além de descaracterizar a natureza autônoma deste Fórum.

As justificativas apresentadas pela gestão inserem-se em um discurso contraditório, porque usa termos como ‘democracia’, ‘participação’ e ‘diálogo’. No entanto, o ofício³ nº 28 GP/SEGOV de 15/06/2015 do Gabinete do Prefeito enviado ao Presidente da Câmara Municipal do Recife, solicita em regime de “urgência” a apreciação do PME (imposto) e afirmando que o documento em anexo foi “elaborado com a participação da comunidade educacional e sociedade civil”, o que não procede, uma vez que o FME não foi consultado acerca do “PME” submetido à votação no dia 22 de junho e publicizado no Diário Oficial do Município no dia seguinte.

Vale ainda destacar que este pleito se deu por meio de ‘Presidentes de Bancadas’ e ‘Grupos de aproximação partidária’, com a atuação de guardas municipais e policiais militares, restringindo a presença do público. Seu final se deu em um espaço confinado nessa Câmara conhecido como “Plenarinho”. E ainda: o Fórum só foi constituído agora por pressão dos segmentos sociais engajados nas lutas da educação; ele deveria ser instituído há mais de um ano, mas não o foi por manobras da gestão municipal que desde sempre contrariou as determinações da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014.

Contexto de produção de texto

² Diário Oficial do Recife, em 09/06/2015, p. 4 e 5. Disponível em: www.cepe.com.br/prefeituradiario

³ Consultar vídeo “Golpe contra a Educação do Recife”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gvmML7tGIk>



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Aqui, destacam-se a sistematização da COMUDE e o documento da gestão municipal, com natureza e sentidos distintos. Para análise deste material, definimos centrar esforços na análise da meta ⁶⁴ na perspectiva de estabelecer relações entre os sentidos atribuídos.

A justificativa pela referida meta deve-se à trajetória de atuação do NEAfi na temática Educação Integral, tendo enviado dezenove proposições à Conferência, transversalizando temáticas como Educação Integral, Educação Popular, Políticas de Gestão, Ações Afirmativas, Planejamento e Avaliação Educacionais, além de Políticas Curriculares. Estas sugestões foram organizadas a partir dos eixos⁵ II, III, IV e V, não sendo por meio de metas como consta nas exigências do PNE, o que resultou de nossas proposições estarem situadas em uma planilha constando “Proposições para o PME – enviadas por eixo - independente de metas”, elementos que nos fornecem certos alicerces de análise desse processo.

O conjunto de proposições do NEAfi para o PME apresenta uma noção de educação integral atrelada aos sentidos de uma educação problematizadora, contextualizada, que venha promover e fortalecer práticas e culturas democráticas, tendo os estudantes como autores de pesquisas no processo de ensino-aprendizagem, que buscam desenvolver mapeamentos socioculturais, identificando as raízes, as histórias documentais e as narrativas coletivas, reconhecendo territórios educativos como forma de reinventar uma cultura educativa.

Desta forma, as propostas apresentadas abordam nas entrelinhas um sentido de currículo integral/integrado, dinâmico e associado às realidades presentes na relação sujeitos, escolas e comunidades, conduzindo a uma reflexão

de currículo como arena de lutas em busca da hegemonia de uma determinada concepção, portanto, como política cultural que visa a orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso para uma dada ordem e/ou alcançar uma transformação social almejada (CANCLINI, 2001 apud OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 27)

Todavia, neste eixo curricular, identificam-se ambiguidades conceituais no caderno de sistematizações diante de uma heterogeneidade discursiva no sentido *foucaultiano*, uma vez que nos enunciados tratavam-se divergentemente a temática da educação integral: “escolas integrais”, “escolas em tempo integral” e “educação integral” (propriamente). Isto pode caracterizar ausência

⁴ Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

⁵Eixo II – Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos; Eixo III – Educação, trabalho e desenvolvimento sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio-ambiente; Eixo IV – Qualidade da educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem; Eixo V – Gestão democrática, participação popular e controle social.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de debate e diretrizes mais apropriadas em relação à rede de ensino municipal, apesar de haver uma “Gerência de Educação Integral” na composição burocrática da Secretaria de Educação.

Na sistematização aprovada na Plenária Final da COMUDE também apresenta propostas para o redirecionamento do ensino no município, por exemplo, no que tange a ‘parcerias público-privadas’, práticas já bem espalhadas nessa rede de ensino. Ainda se propõem reconfigurações de seus sistemas de avaliação da qualidade no sentido de contraposição à lógica do *produtivismo* e da meritocracia. Um destaque é pertinente:

Incentivar a participação dos diversos segmentos da escola na construção do currículo das escolas integrais referente a sua parte diversificada de forma integral e integradas com as outras escolas integrais da rede; fundamentar a concepção da educação integral como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, crítico, solidário e produtivo (COMUDE, eixo IV, Recife, 2015).

Esses enunciados e significados, mesmo com uma certa ambiguidade, revelam preocupações por uma política de educação integral que considere a participação popular, a autonomia e protagonismo do segmento estudantil na construção de currículos a partir de uma ‘rede’ de diálogos e de experiências sociais. Em sentido contrário, emerge o texto forjado pela gestão que foi publicizado no Diário Oficial do Município (Lei nº 18.147/2015) em 23/06/2015.

O texto da gestão contém treze artigos, com a predominância do binômio metas/estratégias, de caráter superficial e genérico. No que concerne às proposições da meta 6, identifica-se cinco estratégias⁶, prevalecendo a ideia exclusiva de ampliação da jornada escolar, edificações, além do uso de fragmentos do Caderno de Sistematizações, reduzindo o sentido inteiro dessa proposição.

Conclusões

A experiência na 10ª COMUDE despertou leituras sobre uma situação concreta de formulação e decisão de uma política pública no âmbito municipal. Fazendo um paralelo entre o que é enunciado nos documentos oficiais e as práticas políticas constituídas antes, durante e após o evento, evidenciam-se tensões, contradições e ressignificações presentes nos fluxos das ideias, atores e instituições. Os conflitos são explícitos, e vigora a sobreposição do poder instituído sob as forças instituintes, desmobilização dos potenciais críticos e criativos dos segmentos sociais.

É, portanto, inevitável reconhecer que o processo de elaboração-decisão do PME “aprovado” reflete uma cultura política instituída do autoritarismo, apesar dos vários marcos legais

⁶ Enquanto o PNE apresenta oito estratégias na meta 6.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que embasam mecanismos ditos democráticos como a COMUDE. Não são novos os esforços em torno de processos de redemocratização ao longo da história brasileira, havendo mais recentemente a ideia de radicalização da democracia, o que pressupõe a instituição de modos de governança que se aproximem da autogestão social.

Fragilidade é a tônica do chamado controle social das políticas públicas. Na verdade, vincular a coordenação do Fórum ao Gabinete da Secretaria de Educação reafirma o contrário: as artimanhas do poder instituído para garantir sua continuidade. Essa dinâmica, que passa pela COMUDE, reforça a relação entre currículo e dominação, na construção de um PME que tenciona formar cidadãos politicamente dóceis e economicamente úteis. Daí que a política de Educação Integral que vigora no município não passa dos limites da mera ampliação da jornada de ensino. Como instituir a democracia em termos tão limitados?

Para isto, certamente, faz-se necessário um forte movimento instituinte de uma outra ordem, que possibilite um amadurecimento de práticas políticas efetivamente democráticas, e não apenas nos sistemas de ensino. A concepção de educação integral precisa assumir que os processos sociais de organização da vida coletiva também representam instâncias de construção de saberes a serviço da dominação ou da transformação social. Assim, são indispensáveis olhares desnaturalizados a fim de perceber o que está além das aparências democráticas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CASTRO, Ana Emilia G. de. **O Programa Mais Educação: análise dos sentidos produzidos pelos autores políticos no processo de formulação**. Projeto de Mestrado Educação, Culturas e Identidades, UFRPE/FUNDAJ, 2015.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas** – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DIÁRIO OFICIAL do Município de Recife. Ed. 23 de junho de 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - v. 18 Nº. 51, p-21-29, 2003.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora.** Tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea v. 1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224) LIMA, Luciana Leite; D’Ascenzi, Luciano. **Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas.** Revista de Sociologia e Política v. 21, nº 48: p. 101-110, 2013.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 10 out. 2014.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. **A abordagem do Ciclo de Políticas: uma leitura pela teoria do discurso.** Cadernos de Educação, FaE, PPGE, UFPel, nº38, p.19-41, 2011.

RAEDER, Savio. **Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas.** Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. VII, nº 13, P.121-146, 2014.

SANTOS, Célia Maria Vieira dos. **O papel das Conferências Municipais de Educação na Gestão Educacional da Cidade do Recife.** XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação - ANPAE, 2014. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/CeliaMariaVieiradosSantos-omunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.